



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1860326 - RJ (2020/0024618-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : JEFFREY DUARTE CORREA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que foi ajuizada Revisão Criminal pelo réu, na forma do artigo 621, inciso I, do Código de Processo Penal. O apenado havia sido condenado pela prática do crime previsto no artigo 157 (roubo), § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal, às penas de 10 (dez) anos de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 200 (duzentos) dias-multa, no valor mínimo legal.

Restou a revisão julgada procedente, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 77):

Revisão Criminal proposta pelo requerente, condenado a 10 (dez) anos de reclusão, em regime fechado, além de 200 (duzentos) dias-multa, no menor valor unitário, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II e V, do CP. Postulou a procedência do pedido, afastando-se a ilegalidade na aplicação da pena, que teria sido aumentada inicialmente e na segunda fase da dosimetria, sem esteio em circunstâncias concretas constantes dos autos, ferindo o princípio da proporcionalidade. O Procurador de Justiça manifestou-se pela improcedência do pedido. 1. Em sede de Revisão Criminal, não há amparo à rediscussão da matéria decidida em jurisdição própria, cabendo somente modificar a decisão manifestamente contrária às evidências dos autos. Através dela procura-se assegurar ao condenado a correção de eventual erro judiciário ou injustiça explícita, não se constituindo em mais uma instância de julgamento. 2. Assiste razão à defesa. A exasperação aplicada na pena-base foi exacerbada, em dissonância com o artigo 59, do CP. Embora a conduta do acusado tenha excedido o normal do tipo, na medida em que manteve a vítima em cárcere privado por cerca de 3 horas, encapuzada, entendendo que tal circunstância não pode ser valorada

quando da fixação da pena-base e também na terceira fase da dosimetria. Isto fere o princípio ne bis in idem. 3. Verifica-se que a sanção básica foi aumentada com base na circunstância acima citada, e por conta das majorantes houve um aumento de 2/3, levando em consideração as mesmas circunstâncias, o que deve ser reparado. 4. Ademais, os acréscimos efetivados arranharam a legalidade. Houve um incremento de metade na pena básica, na terceira fase da dosimetria, o que fere o princípio da proporcionalidade, não custando lembrar que em conformidade com a Lei Maior, o grau de reprovabilidade é o quociente da pena. Logo, para um aumento desse quilate, seria necessário justificar-se a medida, com base em circunstâncias concretas existentes nos autos. Destarte, considerando a circunstância de restrição de liberdade da vítima pelo período de cerca de 3 horas, entendo ser razoável o incremento de 5/12 (cinco doze avos), com referência às majorantes. 5. No que concerne ao regime de prisão, pensamos que possa ser o semiaberto, considerando o redimensionamento da reprimenda, bem como as condições pessoais favoráveis ostentadas pelo acusado. 6. Revisão julgada procedente, para reduzir a pena-base ao mínimo legal, e estabelecendo para as majorantes o índice de 5/12 (cinco doze avos), acomodando a resposta penal em 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime semiaberto, e 14 (quatorze) dias-multa, no menor valor unitário, sendo mantidos os demais termos do Acórdão.

Na petição de recurso especial, o *parquet* federal alega a ocorrência de violação ao art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal.

Afirma que a revisão criminal somente pode ser conhecida e acolhida nos estritos limites impostos no artigo 621 do CPP, não sendo lícita sua utilização para re julgamento da ação penal como se segunda apelação fosse.

Postula, em suma, que seja reformado o acórdão, restabelecendo a condenação pretérita e a reprimenda fixada na sentença de primeiro grau.

Contrarrazões às fls. 111/133.

Admitido o recurso (fls. 136/138), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 152):

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO. REVISÃO CRIMINAL. JULGAMENTO COMO SE FOSSE UMA SEGUNDA APELAÇÃO CRIMINAL. REAPRECIAÇÃO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 621, I, CPP. - Parecer pelo PROVIMENTO do recurso especial

É o relatório. Decido.

Merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente postula, em suma, que seja reformado o acórdão, restabelecendo a condenação pretérita.

Quanto ao tema, a decisão destacou (e-STJ, fl. 80):

Realmente a conduta do acusado excedeu o normal do tipo penal, à medida que manteve a vítima em cárcere privado por cerca de 3 horas, encapuzada. Entretanto, entendo que o patamar de elevação foi exagerado, uma vez que essa circunstância é uma das majorantes do tipo penal e quando estabelecida a individualização primária da pena, pelo legislador, esse fator já foi considerado. Nos parece óbvio que quem tem a sua liberdade cerceada durante a prática de um roubo, normalmente vai ter algum trauma psicológico. Por tal razão, essa conduta já é punida de forma mais exacerbada. No que tange aos prejuízos sofridos pela vítima, eis que o seu veículo teria colidido, registro que todo roubo consumado gera danos ao lesado. É outra das consequências do crime de roubo. Isto também já foi considerado pelo legislador, quando estabeleceu a individualização primária da pena. Penso assim, que a sanção básica deva ser reduzida ao mínimo legal, o que se mostra mais harmônico com os princípios da proporcionalidade e non bis in idem, e que o incremento relativo às majorantes deva ser de 5/12 (cinco doze avos). Colhe-se da FAC do acusado (peça 000099 – Processo 0163198-55.2016.8.19.0001) que ele é primário e possuidor de bons antecedentes. Assim, reduzo a pena-base para 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no menor valor unitário.

Com efeito, "a revisão criminal não deve ser adotada como um segundo recurso de apelação, pois o acolhimento da pretensão revisional reveste-se de excepcionalidade, cingindo-se às hipóteses em que a contradição à evidência dos autos seja manifesta, indubitosa, dispensando a interpretação ou análise subjetiva das provas produzidas (HC n. 464.843/SC, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 8/10/2018)." (REsp 1764740/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05 /02/2019, DJe 26/02/2019)

Assim, deve ser revista a decisão proferida pela instância primeva, devendo ser totalmente restabelecida a condenação pretérita e a reprimenda fixada na sentença de primeiro grau, o que determino desde já.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator